

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2019

**JUSTIÇA FEDERAL**
Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Concurso Público para provimento de cargos
Analista Judiciário – Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As pessoas são o elemento central do desenvolvimento sustentável.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

O motorista do 8-100

Fui convidado por um colega da redação de jornal, outro dia, a ver um belo espetáculo. Que eu estivesse pela manhã bem cedo junto ao último edifício da Avenida Rio Branco para assistir à coleta de lixo. Fui. Vi chegar o caminhão 8-100 da Limpeza Urbana e saltarem os ajudantes que se puseram a carregar e despejar as latas de lixo. Enquanto isso, que fazia o motorista? O mesmo de toda manhã. Pegava um espanador e um pedaço de flanela, e fazia o seu carro ficar rebrilhando de beleza.

É costume dizer que a esperança é a última que morre. Nisso está uma das crueldades da vida: a esperança vive à custa de mutilações. Vai minguando e secando devagar, se despedindo dos pedaços de si mesma, se apequenando e empobrecendo, e no fim é tão mesquinha e despojada que se reduz ao mais elementar instinto de sobrevivência e ao conformismo.

Esse motorista, que limpa seu caminhão, não é um conformado, é o herói silencioso que lança um protesto superior. A vida o obriga a catar lixo e imundície; ele aceita a sua missão, mas a supera com esse protesto de beleza e dignidade. Muitos recebem com a mão suja os bens mais excitantes e tentadores da vida; e as flores que vão colhendo no jardim de uma existência fácil logo têm, presa em seus dedos frios, uma corrupção que as desmerece e avilta. O motorista do caminhão 8-100 parece dizer aos homens da cidade: "O lixo é vosso: meus são estes metais que brilham, meus são estes vidros que esplendem, minha é esta consciência limpa".

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **O homem rouco**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963, p. 145-146)

1. Os três parágrafos em que se estrutura o texto podem ser identificados, nesta ordem, pelos seguintes procedimentos:
 - (A) descrição de um incidente; reflexão sobre esse incidente particular; conclusão genérica, de sentido moral.
 - (B) narração de uma visita; reconhecimento do caráter prosaico de uma cena; divagação sobre o valor social do trabalho.
 - (C) introdução a uma análise política; exemplificação de um sentimento edificante; reconhecimento moral do bom conformismo.
 - (D) reconhecimento de uma cena insólita; reflexão sobre a pauperização de um sentimento; valorização conclusiva da cena inicial.
 - (E) testemunho de uma ação extravagante; cogitação sobre o sentido dessa ação; enaltecimento da humildade de um simples trabalhador.

2. Ao se deter no tema da esperança, no 2º parágrafo do texto, o autor mostra-se convencido de que esse sentimento
 - (A) comprova, em cada uma de nossas experiências, o sentido e o valor que lhe reconhece o referido dito popular.
 - (B) traz consigo a crueldade singular de se tornar mais ativo em nós na exata proporção em que vai nos iludindo.
 - (C) degrada-se num longo e contínuo processo, ao fim do qual seu reducionismo só deixa lugar para o conformismo.
 - (D) alimenta-se do conformismo que há em nós para se instalar desde cedo como uma espécie de precavida sabedoria.
 - (E) deteriora-se a cada vez que o imaginamos mais consistente, razão pela qual nos vamos iludindo de modo progressivo.

3. Explora-se no texto o emprego de expressões que constituem uma **oposição** de sentido, tal como se observa na relação entre
 - (A) *um espanador e um pedaço de flanela / ficar rebrilhando de beleza* (1º parágrafo).
 - (B) *vive à custa de mutilações / se apequenando e empobrecendo* (2º parágrafo).
 - (C) *herói silencioso / lança um protesto superior* (3º parágrafo).
 - (D) *recebem com a mão suja / uma corrupção que as desmerece* (3º parágrafo).
 - (E) *A vida o obriga a catar lixo e imundície / protesto de beleza e dignidade* (3º parágrafo).

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *Que eu estivesse pela manhã bem cedo* (1º parágrafo) = Talvez eu fosse ainda cedinho.
 - (B) *vive à custa de mutilações* (2º parágrafo) = destroça-se para poder subsistir.
 - (C) *tão mesquinha e despojada* (2º parágrafo) = algo simplória e despreparada.
 - (D) *protesto de beleza e dignidade* (3º parágrafo) = recusa dos excessos da beleza digna.
 - (E) *os bens mais excitantes e tentadores* (3º parágrafo) = as posses luxuosas e pecaminosas.



5. Está clara e correta a redação desta observação apoiada no texto:
- (A) O motorista referido no texto constitui, aos olhos do autor, o exemplo de uma dignidade que não cede às mais duras circunstâncias.
 - (B) O autor foca-se no lugar-comum de um provérbio ao qual se deseja dar uma nova versão menos otimista do que a habitual.
 - (C) Quanto mais nos promete a esperança, em seu processo degradativo, à medida em que nos tornamos presas fáceis de sua sujeição.
 - (D) O conformismo, em cujo pendore a gente acaba se postando, pode ser o derradeiro degrau aonde se aloja a esperança.
 - (E) Tanto mais limpas são as dádivas na proporção mesma em que as recebemos com a condescendência de toda a nossa dignidade.
-
6. Há ocorrência de verbo na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:
- (A) Uma vez tendo aceitado o convite do colega de redação, eis que logo se impuseram aos olhos admirados do autor a força de uma cena singular.
 - (B) Não competem aos homens pregarem conformismo quando tem diante de si um exemplo como o do motorista do caminhão de lixo.
 - (C) Tira muito proveito o autor do texto dos paralelismos que lhe ocorrem fazer entre a sujeira de um ofício e a dignidade de uma atitude.
 - (D) Repetem-se provérbios cuja sabedoria, no entanto, não se comprova no decurso das nossas mais duras experiências, ao longo da vida.
 - (E) Nos que nascem em berço de ouro quase raramente se notam, nas provações da vida, a fortaleza moral que pode estar nos mais carentes.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

A era das compras

A economia capitalista moderna deve aumentar a produção constantemente, se quiser sobreviver, como um tubarão que deve nadar para não morrer por asfixia. Mas a maioria das pessoas, ao longo da história, viveu em condições de escassez. A fragilidade era, portanto, sua palavra de ordem. A ética austera dos puritanos e a dos espartanos são apenas dois exemplos famosos. Uma pessoa boa evitava luxos e nunca desperdiçava comida. Somente reis e nobres se permitiam renunciar publicamente a tais valores e ostentar suas riquezas.

O consumismo vê o consumo de cada vez mais produtos e serviços como algo positivo. Encoraja as pessoas a cuidarem de si mesmas, a se mimarem e até a se matarem pouco a pouco por meio do consumo exagerado. A frugalidade é uma doença a ser curada. Não é preciso olhar muito longe para ver a ética do consumo em ação – basta ler a parte de trás de uma caixa de cereal: “Para uma refeição saborosa no meio do dia, perfeita para um estilo de vida saudável. Um verdadeiro leite com o sabor maravilhoso do “quero mais!”.

Durante a maior parte da história, as pessoas teriam sido repelidas, e não atraídas, por esse texto. Elas o teriam considerado egoísta, indecente e moralmente corrupto. O consumismo trabalhou duro, com a ajuda da psicologia e da vontade popular, para convencer as pessoas de que a indulgência com os excessos é algo bom, ao passo que a frugalidade significa auto-opressão.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. 38. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 357-358)

7. Analisa-se nesse texto, basicamente, a divergência que se estabelece quanto
- (A) ao papel econômico que desde sempre o consumismo desenfreado teria assumido como fator de aceleração do progresso social.
 - (B) aos valores constituídos numa sociedade atenta às demandas essenciais e aos daquela regida pela valorização do máximo consumo.
 - (C) às reações daqueles que, diante das práticas consumistas, ou louvam a moralidade dos mais pobres ou incriminam a dos mais ricos.
 - (D) às práticas consumistas que, em nossos dias, vêm provocando, por um lado, melhor distribuição de renda e, por outro, enriquecimento ilícito.
 - (E) à função dos economistas, que deveriam, segundo uns, criar um modelo austero e, segundo outros, administrar as condições de escassez.



8. Ocorrem numa mesma linha de argumentação, para caracterizar uma mesma posição histórica, os seguintes segmentos:
- (A) *economia capitalista moderna deve aumentar a produção / condições de escassez* (1^o parágrafo).
 - (B) *ética austera dos puritanos / renunciar publicamente a tais valores* (1^o parágrafo).
 - (C) *A fragilidade era, portanto, sua palavra de ordem* (1^o parágrafo) / *ética do consumo em ação* (2^o parágrafo).
 - (D) *A frugalidade é uma doença a ser curada / a parte de trás de uma caixa de cereal* (2^o parágrafo).
 - (E) *a indulgência com os excessos é algo bom / as pessoas teriam sido repelidas, e não atraídas, por esse texto* (3^o parágrafo).
-
9. Ao retratar o consumismo moderno no âmbito da vida social e dos valores da pessoa, o autor
- (A) coloca-se em posição de isenção, uma vez que não toma qualquer aspecto moral ou ético como referência válida para sua análise.
 - (B) inclina-se para aceitar a fatalidade histórica do consumo desenfreado, deixando ver que reconhece as inequívocas vantagens desse fenômeno.
 - (C) recrimina a antiga austeridade regida pela escassez, encontrando na realidade do mercado moderno um modelo a ser mantido.
 - (D) contrapõe posições historicamente divergentes quanto ao consumo de produtos e serviços, apontando traços essenciais dessa divergência.
 - (E) desconsidera o peso da vontade popular na dinâmica do consumo que o mercado moderno estabeleceu como um caminho inflexível.
-
10. O que se lê na *parte de trás de uma caixa de cereal* deixa ver que a propaganda
- (A) estabelece metas e protocolos claros para uma vida efetivamente saudável.
 - (B) associa positivamente a frugalidade dos hábitos alimentares à saúde do consumidor.
 - (C) justifica o valor do produto pela voracidade que ele desperta nos consumidores.
 - (D) dissocia criticamente as vantagens do produto e a expectativa do comprador.
 - (E) busca atrair o consumidor para as qualidades intrínsecas de um produto saudável.
-
11. Há adequada correlação entre os tempos e os modos verbais empregados na frase:
- (A) Há quem queira que a economia capitalista deva aumentar sua produção para que sobrevivesse de modo mais consistente.
 - (B) Caso retornássemos às antigas situações de escassez em que viviam os antigos, talvez venhamos a sentir saudade do presente consumismo.
 - (C) A menos que venha a encorajar as pessoas a um consumismo desenfreado, a propaganda poderia não ver sentido na linguagem de que se vale.
 - (D) Quem esperasse encontrar informações úteis e objetivas numa caixa de cereal terá se decepcionado com a linguagem apenas persuasiva.
 - (E) Na hipótese de virem a ser contrariadas em sua inclinação para o consumo, muitas pessoas não hesitariam em maldizer seus críticos.
-
12. Ao analisar os hábitos de consumo, o autor do texto avalia esses hábitos de consumo contrapondo os mesmos aos hábitos de consumo que havia em épocas de maior frugalidade.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) os avalia – contrapondo-os – àqueles
 - (B) avalia-os – contrapondo-lhes – àqueles
 - (C) avalia-lhes – contrapondo-os – a esses
 - (D) lhes avalia – lhes contrapondo – a aqueles
 - (E) avalia a estes – contrapondo-os – a estes



Atenção: Para responder às questões de números 13 a 16, baseie-se no texto abaixo.

Fertilidade das utopias

Um ideal de vida pessoal ou coletivo precisa estar lastreado numa avaliação realista das circunstâncias e restrições existentes. Ocorre, porém, que a realidade objetiva não é toda a realidade. A vida dos povos, não menos que a dos indivíduos, é vivida em larga medida na imaginação.

A capacidade de sonho e o desejo de mudar fertilizam o real, expandem as fronteiras do possível e reembaralham as cartas do provável. Quando a vontade de mudança e a criação do novo estão em jogo, resignar-se a um covarde e defensivo realismo é condenar-se ao passado e à repetição medíocre. Se o sonho descuidado do real é vazio, o real desprovido de sonho é deserto. No universo das relações humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso querer. O desejo move.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p 145)

13. O autor do texto afirma que *a realidade objetiva não é toda a realidade* porque está convencido de que
- (A) os fatos que julgamos indiscutíveis são frequentemente uma experiência ilusória da nossa percepção.
 - (B) a dimensão do sonho e dos desejos é também parte ativa dos nossos contatos com o chamado mundo real.
 - (C) as experiências essenciais que contam são aquelas ainda não vividas e que certamente viveremos.
 - (D) as vivências humanas experimentadas no passado são muito mais marcantes do que as aspirações abstratas.
 - (E) um universo místico onde se ocultam as verdades absolutas está acima das nossas possibilidades reais de conhecimento.
-
14. Demonstra-se perfeito entendimento de uma expressão do texto em:
- (A) *precisa estar lastreado numa avaliação realista* (1º parágrafo) = um ideal de vida dispensa qualquer base material de apoio
 - (B) *é vivida em larga medida na imaginação* (1º parágrafo) = a vida dos povos só alcança largueza quando vivida ilusoriamente
 - (C) *fertilizam o real* (2º parágrafo) = os sonhos e os desejos resultam de experiências fecundas
 - (D) *resignar-se a um covarde e defensivo realismo* (2º parágrafo) = buscar no real já dado uma proteção medrosa
 - (E) *condenar-se [...] à repetição medíocre* (2º parágrafo) = próprio de quem evita ser medíocre repetindo as mesmas virtudes
-
15. *Se o sonho descuidado do real é vazio, o real desprovido de sonho é deserto.*
- Nesse período do texto, as duas orações que o compõem
- (A) expressam idêntico conteúdo valendo-se de sujeitos distintos.
 - (B) são, de fato, um jogo irônico e ardiloso de palavras, infenso à lógica.
 - (C) destacam a importância da complementaridade entre o sonho e o real.
 - (D) condenam o sonho e o real pelo que ambos têm de restritivo em sua relação.
 - (E) valorizam um e outro sujeitos pelo que têm de intrinsecamente valioso.
-
16. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** na frase:
- (A) Nem ao sonho, nem à realidade (**cabere**) fazer restrições, uma vez que ambos sempre se compuseram em nossas experiências.
 - (B) Sempre (**haver**) de precipitar-se desavenças inúteis e inconsequentes entre os idealistas puros e os realistas radicais.
 - (C) Não (**constar**) em nosso passado de incongruências fatais entre sonhos e desejos possíveis.
 - (D) É comum que mesmo numa relação familiar (**atingir**) uma proporção inaudita as desavenças entre idealistas e realistas.
 - (E) Não deixa de ser uma ironia que a idealistas e realistas (**poder**) eventualmente contrapor-se os indiferentes ao destino humano.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

17. Marco sempre se atrasa. A esposa de Marco pediu que ele levasse seu filho à escola e adiantou o relógio de Marco em 10 minutos, sem que ele soubesse, para evitar atraso. Marco deixou seu filho na escola acreditando que tinha se atrasado em 8 minutos, porém, de fato ele estava
- (A) 2 minutos adiantado.
 - (B) 2 minutos atrasado.
 - (C) 18 minutos atrasado.
 - (D) 18 minutos adiantado.
 - (E) 4 minutos adiantado.
-
18. Em um concurso com 5 vagas, os candidatos aprovados serão alocados, cada um, em um dos municípios A, B, C, D ou E. O primeiro colocado foi designado para o município A. O número de possíveis alocações dos outros candidatos aprovados é
- (A) 120
 - (B) 24
 - (C) 30
 - (D) 6
 - (E) 4
-
19. Adão tem três primas que moram em outra cidade, Ana, Beatriz e Carla, mas nunca lembra de seus nomes. Ele sabe que uma é loira, uma é ruiva e uma é morena. Cada uma delas é filha de um de seus tios, José, Jaime e Jairo. A mãe de Adão deixou o seguinte bilhete para ajudá-lo:
- "A loira não é filha de Jaime nem de Jairo.*
- A morena não é Ana nem Beatriz.*
- Ana não é ruiva.*
- A ruiva não é filha de Jaime."*
- Adão descobriu, corretamente, que:
- (A) Ana é loira e filha de José.
 - (B) Carla é morena e filha de Jairo.
 - (C) Ana é ruiva e filha de José.
 - (D) Beatriz é loira e filha de Jairo.
 - (E) Carla é morena e filha de José.
-
20. Um determinado modelo de automóvel é fabricado nas versões diesel ou gasolina. O modelo a gasolina percorre, em média, 10 km/litro, já o modelo a diesel, 15 km/litro. O preço da gasolina é de R\$ 4,50 por litro e o do diesel, R\$ 3,60 por litro. Se uma pessoa percorre 60 km/dia, em 30 dias a diferença de gasto, em reais, entre as duas versões é de
- (A) 432,00
 - (B) 810,00
 - (C) 378,00
 - (D) 81,00
 - (E) 43,20

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Determinado Município pretende descentralizar o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Em vista das alternativas disponíveis, caso opte por constituir
- (A) uma autarquia, não será necessário promover o registro do ato constitutivo, pois a natureza de direito público desta entidade dispensa tal providência.
 - (B) uma empresa pública, não será necessária autorização legislativa, pois a criação de tais entidades decorre do poder regulamentar autônomo atribuído aos Chefes do Poder Executivo.
 - (C) um consórcio público, deverá publicar chamamento de projetos, para que outras entidades interessadas venham a manifestar o interesse em se associar.
 - (D) uma fundação pública, não será necessária autorização legislativa, pois a criação de tais entidades decorre do poder regulamentar autônomo atribuído aos Chefes do Poder Executivo.
 - (E) uma sociedade de economia mista, deverá obrigatoriamente dotá-la da forma de sociedade de responsabilidade limitada, de modo a preservar a incolumidade do patrimônio público.
-
22. O Ministério da Saúde necessita promover licitação, a fim de contratar o fornecimento de um lote de 3 milhões de fraldas geriátricas descartáveis, para uso nos hospitais federais, descrito esse objeto com base em especificações usuais do mercado. O valor estimado da contratação é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e a entrega se dará até o final do exercício fiscal. Em vista das características da aquisição e à luz do que dispõem as leis federais sobre licitação, são elegíveis as modalidades
- (A) leilão e concorrência.
 - (B) tomada de preços e convite.
 - (C) concorrência e pregão.
 - (D) tomada de preços e concorrência.
 - (E) concurso e pregão.
-
23. O Diretor de um Parque Nacional emitiu autorização para que a organização ambientalista "A" promovesse a reunião anual de seus membros no interior do Parque, utilizando-se de suas instalações administrativas e das áreas abertas à visitação. Sabendo do evento, a organização ambientalista "B" interpôs recurso contra o deferimento da autorização, alegando que: a) o uso era ilegal, pois incompatível com o Plano de Manejo; b) ainda que fosse legal, não seria conveniente à proteção ambiental, dado o impacto que a atividade causará no ecossistema do parque. Conforme dispõe a Lei de Processo Administrativo Federal, Lei nº 9.784/1999, o
- (A) recurso não deve sequer ser apreciado, pois a organização ambientalista "B" não participa da relação jurídica, não tendo legitimidade para recorrer.
 - (B) Diretor não tem competência para anular ou revogar a decisão, devendo submeter imediatamente a questão ao superior hierárquico, a quem é dirigido o recurso.
 - (C) ato objeto do recurso somente pode ser anulado, caso se constate ilegalidade; não se sujeita, porém, à revogação, em vista da natureza vinculada da decisão.
 - (D) Diretor pode reconsiderar sua decisão, anulando-a ou revogando-a, no prazo de cinco dias; se não a reconsiderar, encaminhará o recurso à apreciação da autoridade superior.
 - (E) Diretor pode reconsiderar sua decisão, anulando-a; mas a revisão do mérito somente pode ser realizada pelo grau hierárquico superior, pois esgotada a competência decisória discricionária.
-
24. Acerca do regime jurídico aplicável aos cargos públicos, a Constituição Federal e a Lei nº 8.112/1990 dispõem que
- (A) apenas nos cargos públicos reservados aos brasileiros natos pode ser recusada a investidura aos estrangeiros.
 - (B) somente os servidores titulares de cargo efetivo podem exercer funções de confiança.
 - (C) a aptidão física e mental deve ser apurada antes da nomeação para o cargo.
 - (D) a readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (E) a investidura de servidor em cargo de natureza eletiva sempre impõe o seu afastamento do cargo efetivo de que é titular.
-
25. Sobre os assim chamados "poderes da Administração Pública", afirma-se corretamente que o
- (A) poder de autotutela é ilimitado, visto que pode ser realizado a qualquer tempo.
 - (B) poder disciplinar, no sistema brasileiro, é exercido exclusivamente pelo superior hierárquico.
 - (C) poder regulamentar autônomo consiste na produção de normas que visam à fiel execução da lei.
 - (D) exercício do poder de polícia é privativo das corporações policiais.
 - (E) dever de obediência, característico do poder hierárquico, não se aplica no exercício da função legislativa.

**Direito Constitucional**

26. De acordo com a disciplina da Constituição Federal, em matéria de controle de constitucionalidade de atos normativos,
- (A) o juiz de direito da Justiça Estadual não tem competência para afastar a aplicação, no caso concreto, de lei estadual que contrarie a Constituição Federal, mas apenas de lei estadual que contrarie a Constituição do Estado.
 - (B) o juiz federal não tem competência para afastar a aplicação, no caso concreto, de lei federal que contrarie a Constituição Federal, uma vez que essa atribuição é reservada ao plenário ou órgão especial dos tribunais, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
 - (C) o Tribunal Regional Federal não tem competência para julgar reclamação constitucional proposta em face de decisão judicial de primeiro grau que contrariar súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) cabe o ajuizamento de reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, contra lei federal que contrariar o enunciado de súmula vinculante editada pelo Tribunal.
 - (E) cabe o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, contra ato normativo estadual que contrariar a Constituição Federal, podendo ser proposta por quaisquer dos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.
-
27. À luz da jurisprudência e das normas constitucionais no que concerne à repartição de competências entre os entes federados,
- (A) admite-se que os estados, no exercício de sua competência para suplementar as normas gerais da União, editadas nas matérias sujeitas à competência legislativa concorrente, possam dispor em sentido contrário às normas federais, desde que o façam para atender a seu interesse específico.
 - (B) cabe aos estados exercer a competência legislativa plena, na ausência de normas gerais da União em matéria de desapropriação.
 - (C) é vedado aos municípios em qualquer circunstância editar normas em matéria de proteção ao meio ambiente, uma vez que o tema se insere no âmbito das competências legislativas concorrentes atribuídas somente à União, estados e Distrito Federal.
 - (D) a edição de normas em matéria de direito financeiro e de orçamento sujeita-se ao regime das competências legislativas concorrentes atribuídas à União, estados e Distrito Federal.
 - (E) a edição de normas sobre procedimentos em matéria processual sujeita-se à competência legislativa privativa da União.
-
28. De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência, é necessário que os
- (A) cargos públicos em comissão sejam instituídos por lei ou por ato regulamentar editado pelo Chefe do Poder a que estão vinculados.
 - (B) ocupantes de cargos públicos em comissão que exerçam função de assessoramento a Ministros de Estado, sejam remunerados por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
 - (C) ocupantes, exclusivamente, de cargos públicos em comissão submetam-se ao regime próprio de previdência social.
 - (D) cargos públicos em comissão destinem-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, não podendo ser preenchidos por servidores de carreira.
 - (E) ocupantes de cargos públicos em comissão submetam-se às regras de aposentadoria compulsória dos servidores titulares de cargos públicos efetivos.
-
29. Certo grupo de senadores apresentou proposta de edição de resolução, pelo Senado Federal, para suspender os efeitos de decreto editado pelo Presidente da República, por entender que esse ato extrapolou os limites do poder regulamentar. A edição da referida medida pelo Senado mostra-se
- (A) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de ato da competência exclusiva do Congresso Nacional.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o ato do Poder Executivo deve ser submetido ao Poder Judiciário, a quem compete examinar eventual exorbitância dos limites do poder regulamentar.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de ato da competência privativa da Câmara dos Deputados.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, devendo a resolução ser submetida à sanção presidencial.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, devendo a resolução ser promulgada pelo Presidente do Senado.



30. Mostram-se incompatíveis com as normas da Constituição Federal em matéria de direitos fundamentais os seguintes atos:
- I. a penhora da pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva;
 - II. a exigência de autorização administrativa prévia para o exercício do direito de reunião;
 - III. a entrada forçada em domicílio, sem mandado judicial, ainda que amparada em fundadas razões que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) III.

Direito Processual Civil

31. Lucélia ajuizou ação contra o INSS pleiteando a concessão de determinado benefício previdenciário, que lhe fora negado em sede administrativa. Ao receber a petição inicial, o juiz, sem ordenar a citação do réu, julgou liminarmente improcedente o pedido, por entender que ele contrariava acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido em julgamento de recursos repetitivos. Não se conformando com a sentença, Lucélia interpôs apelação. Nesse caso,
- (A) a sentença é nula, pois não poderia haver resolução do mérito sem prévia citação do réu, que é requisito para o desenvolvimento válido do processo.
 - (B) o juiz poderá retratar-se; não o fazendo, deverá determinar a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.
 - (C) o juiz poderá retratar-se; não o fazendo, deverá determinar a citação do réu para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
 - (D) o juiz não poderá retratar-se, cabendo-lhe determinar a remessa dos autos ao Tribunal, para julgamento da apelação, sem ordenar a citação do réu.
 - (E) o juiz deverá retratar-se, pois a contrariedade a acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido em julgamento de recursos repetitivos não autoriza julgar liminarmente improcedente o pedido.
32. Júlio César ajuizou ação declaratória de rescisão contratual contra Fernanda. Depois de citada a ré, durante o curso do prazo para resposta, mas antes de oferecida a contestação, Júlio César requereu a desistência da ação. Porém, antes de homologada pelo juiz, Júlio César retratou-se da desistência, requerendo o prosseguimento do feito. Nesse caso, o juiz deverá:
- (A) desconsiderar a retratação de Júlio César, porquanto incabível, e homologar a desistência, sem conceder a Fernanda a oportunidade de se manifestar sobre o pedido de desistência.
 - (B) desconsiderar a retratação de Júlio César, porquanto incabível, e conceder a Fernanda a oportunidade de se manifestar sobre o pedido de desistência, após o que, se houver consentimento da ré, julgará extinto o processo.
 - (C) determinar a intimação de Fernanda para se manifestar apenas sobre a retratação do pedido de desistência, que somente poderá ser acolhida, com o consequente prosseguimento do processo, mediante o consentimento da ré.
 - (D) acolher a retratação de Júlio César, já que a desistência não produz efeito antes de homologada, e determinar o prosseguimento do processo, independentemente do consentimento da ré.
 - (E) aguardar o decurso do prazo para apresentação da contestação, após o que, não sendo Fernanda revel, promoverá sua intimação para se manifestar sobre o pedido de desistência, extinguindo o processo em caso de discordância da ré com o prosseguimento do feito.

33. De acordo com o Código de Processo Civil, o *amicus curiae*

- (A) será nomeado pelo juiz para atuar como assistente de qualquer das partes, desde que hipossuficientes, em causas para cuja solução seja necessário conhecimento técnico especializado.
- (B) intervirá no processo independentemente de prévia admissão pelo juiz, devendo restringir suas manifestações a matérias de ordem pública.
- (C) será nomeado pelo juiz para atuar como assistente do autor da ação popular ou da ação civil pública, desde que hipossuficiente, em causas com relevância social de caráter nacional.
- (D) será, necessariamente, pessoa natural.
- (E) pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.



34. Em regra, a sentença proferida contra a União está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal. Entretanto, não haverá remessa necessária quando a sentença
- (A) for meramente declaratória.
 - (B) for meramente constitutiva.
 - (C) impuser condenação ilíquida.
 - (D) impuser condenação de até 5.000 (cinco mil) salários mínimos.
 - (E) estiver fundada em súmula de tribunal superior.
-
35. A União moveu ação indenizatória contra Leandro e Jéssica, que se acham representados, nos autos eletrônicos do processo, por diferentes procuradores. Nesse caso, os réus
- (A) terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, desde que seus respectivos advogados integrem escritórios de advocacia distintos.
 - (B) terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, ainda que seus respectivos advogados integrem o mesmo escritório.
 - (C) não terão prazos contados em dobro para as suas manifestações.
 - (D) terão prazos contados em dobro apenas para contestar a ação e interpor recursos, desde que tenham formulado prévio requerimento.
 - (E) terão prazos contados em dobro apenas para contestar a ação e interpor recursos, independentemente de prévio requerimento.
-
36. Na fase de saneamento do processo, o juiz verificou que o conhecimento do mérito da demanda dependia da verificação de fato delituoso objeto de inquérito policial, não tendo ainda o Ministério Público ajuizado a correspondente ação penal. Nesse caso, o juiz
- (A) pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal; porém, se a ação penal não for proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão, deverá dar andamento ao feito e examinar incidentalmente a questão prévia.
 - (B) não pode determinar a suspensão do processo, cabendo-lhe examinar incidentalmente a questão prévia, haja vista que as instâncias cível e criminal não se confundem.
 - (C) deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, podendo manter o processo suspenso por prazo indeterminado, desde que a ação penal seja proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão.
 - (D) somente pode ordenar a suspensão do processo, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a partir de quando venha a ser proposta a ação penal.
 - (E) deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 2 (dois), salvo se o procedimento de investigação criminal vier a ser arquivado, sem o oferecimento de denúncia.
-
37. De acordo com o Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça
- (A) não pode ser deferida a empresas, em nenhuma hipótese.
 - (B) não compreende o custo com a elaboração de memória de cálculo, mesmo quando exigida para instauração da execução, por tratar-se de incumbência dos advogados das partes.
 - (C) isenta seu beneficiário de pagar quaisquer multas processuais que lhe sejam impostas.
 - (D) poderá ser concedida em relação a apenas algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais.
 - (E) não é cabível em mandado de segurança.
-
38. Acerca do litisconsórcio, considere:
- I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, mas não na liquidação de sentença.
 - II. Se a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes, haverá litisconsórcio unitário.
 - III. No litisconsórcio unitário, os atos e as omissões de um litisconsorte não prejudicarão os demais, mas poderão beneficiá-los.
 - IV. Quando o litígio versar sobre obrigação solidária, a intimação de um dos litisconsortes acerca dos atos do processo dispensa a intimação dos demais.
 - V. O requerimento de limitação do número de litisconsortes facultativos interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.
- É correto o que se afirma APENAS nos itens:
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e V.
 - (E) IV e V.

**Direito Penal**

39. Ricardo e Saulo, sócios diretores de uma empresa de cosméticos com sede no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2017, prestaram declarações falsas à autoridade fazendária, com o escopo de suprimir imposto federal. A empresa foi alvo de autuação e o imposto reduzido devidamente lançado. Após a conclusão das investigações, Ricardo e Saulo foram denunciados pelo Ministério Público Federal por crime contra a ordem tributária (artigo 1º, I, da Lei nº 8.137/1990). A denúncia foi recebida pela Justiça Federal e a ação penal passou a tramitar regularmente. No curso da ação penal, antes da prolação da sentença de primeiro grau, Ricardo e Saulo quitaram integralmente o débito tributário suprimido. Neste caso, Ricardo e Saulo
- (A) não terão qualquer benefício, uma vez que o pagamento ocorreu após o recebimento da denúncia.
 - (B) terão as suas penas reduzidas de 1/3 a 2/3.
 - (C) terão as suas punibilidades extintas pelo Magistrado competente.
 - (D) serão beneficiados pelo perdão judiciário.
 - (E) terão as suas penas de reclusão substituídas pela de detenção ou, então, o Magistrado poderá lhes aplicar apenas a pena de multa.
-
40. Considere as seguintes situações hipotéticas: Reginaldo, com 19 anos de idade, cometeu um crime de apropriação indébita, com pena prevista de 1 a 4 anos de reclusão e multa; Manoel, com 22 anos de idade, cometeu crime de desacato contra um policial rodoviário federal, com pena prevista de 6 meses a 2 anos de detenção; Moisés, com 70 anos de idade, cometeu crime de contrabando, com pena prevista de 1 a 5 anos de reclusão. Nos casos acima apontados, a prescrição da pretensão punitiva estatal, antes do trânsito em julgado da sentença final, verifica-se, respectivamente, no prazo de
- (A) 8 anos, 4 anos e 6 anos
 - (B) 8 anos, 4 anos e 12 anos.
 - (C) 4 anos, 3 anos e 12 anos.
 - (D) 8 anos, 3 anos e 12 anos.
 - (E) 4 anos, 4 anos e 6 anos.
-
41. Ronaldo, dono de um minimercado situado na cidade de Florianópolis, recebeu em seu estabelecimento, de boa-fé e como verdadeira, uma nota de R\$ 100,00 de um cliente para pagamento de uma compra. No dia seguinte, Ronaldo tomou conhecimento de que a nota recebida é falsa, mas, mesmo assim, ele a restituiu à circulação. Neste caso, Ronaldo
- (A) não cometeu qualquer infração penal.
 - (B) cometeu crime de moeda falsa e está sujeito à pena de detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.
 - (C) cometeu crime de moeda falsa e está sujeito à pena de reclusão, de 3 a 12 anos, e multa, sem qualquer benefício.
 - (D) cometeu crime de moeda falsa e está sujeito à pena de reclusão, de 3 a 12 anos, e multa, que será reduzida de 1/6 a 1/3 em razão da boa-fé quando do recebimento da cédula.
 - (E) cometeu crime de moeda falsa e está sujeito à pena de reclusão, de 3 a 12 anos, e multa, mas o Magistrado poderá lhe conceder o perdão judicial.
-
42. Tício e Tácito, trabalhadores autônomos do ramo de construção civil, fazendo-se passar por policiais civis, compareceram na empresa "X" aduzindo ter em mãos um mandado de busca e apreensão diante de suspeita de crime tributário, e de um mandado de prisão temporária contra Manoel, um dos sócios daquela empresa. Para não cumprir os mandados, Tício e Tácito solicitaram e receberam a quantia de R\$ 3.000,00 em dinheiro de Rodrigo, o outro sócio diretor da empresa. No caso apresentado, Tício e Tácito cometeram crime de
- (A) corrupção ativa.
 - (B) usurpação de função pública.
 - (C) corrupção passiva.
 - (D) concussão.
 - (E) exercício arbitrário ou abuso de poder.

**Direito Processual Penal**

43. Breno está sendo processado por crime de furto cometido contra uma empresa pública federal situada na cidade de Porto Alegre, cujo processo tramita regularmente em uma das varas da Justiça Federal de Porto Alegre. No curso do processo o Magistrado competente julgou extinta a punibilidade de Breno após reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal. Inconformado, o Ministério Público Federal poderá apresentar ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região recurso
- (A) em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
 - (B) de apelação, no prazo de dez dias.
 - (C) em sentido estrito, no prazo de dez dias.
 - (D) de apelação, no prazo de cinco dias.
 - (E) de apelação, no prazo de quinze dias.

44. Considere as seguintes situações hipotéticas que envolvem indivíduos que cometeram crimes, todos absolutamente primários, sem qualquer antecedente criminal e que jamais foram beneficiados pela transação penal nos últimos cinco anos.
- I. Rodolfo está sendo acusado de cometer crime de desacato contra Policial Rodoviário Federal, com pena prevista de 6 meses a 2 anos de detenção, ou multa.
 - II. Murilo está sendo acusado de crime de abandono de função, após abandonar, fora dos casos permitidos por lei, cargo público em lugar compreendido na faixa de fronteira, que tem pena prevista de 1 a 3 anos de detenção, e multa.
 - III. Mirto, agente penitenciário, está sendo acusado de cometer o crime previsto no artigo 319-A, do Código Penal, ao permitir o acesso de aparelho telefônico em estabelecimento penitenciário federal para um determinado detento, crime este com pena prevista de 3 meses a 1 ano de detenção.
 - IV. Josué está sendo acusado de cometer crime de descaminho após trazer uma televisão do Paraguai para o Brasil sem pagar os tributos devidos, com pena prevista de 1 a 4 anos de reclusão, e multa.

O Ministério Público Federal, não sendo caso de arquivamento, poderá oferecer proposta de transação penal, com aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas para

- (A) Mirto, apenas.
 - (B) Rodolfo, Murilo, Mirto e Josué.
 - (C) Rodolfo, Murilo e Mirto, apenas.
 - (D) Rodolfo e Mirto, apenas.
 - (E) Murilo e Mirto, apenas.
45. Sobre a competência, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
 - (B) Tratando-se de infração continuada praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
 - (C) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
 - (D) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
 - (E) No processo por crime praticado fora do território brasileiro, será competente sempre o juízo da Capital da República.

46. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Maria, grávida, atualmente com 4 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de tráfico de drogas.
 - II. Flávia, grávida, atualmente com 2 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de roubo.
 - III. Ricarda, grávida, atualmente com 6 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de lesão corporal grave praticada contra o seu filho José.
 - IV. Patrícia, funcionária pública, grávida e atualmente com 8 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de peculato.

Nas audiências de custódia, realizadas dentro de 24 horas contadas a partir da prisão de cada uma das mulheres acima referidas, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, sem prejuízo da análise de eventual direito das presas ao benefício da liberdade provisória, o Magistrado competente substituirá a prisão preventiva por prisão domiciliar APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) II.



47. Paulo, empresário, foi sequestrado por cinco indivíduos brasileiros na cidade de Itapema-SC. De lá, Paulo foi levado para Florianópolis e embarcou com destino à cidade de Caxias do Sul-RS, em um avião clandestino. Quando chegaram em Caxias do Sul, a vítima foi levada ao cativeiro e os sequestradores iniciaram contato com a família para o resgate, mas acabaram presos 48 horas depois pela polícia do estado do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre, onde receberiam o pagamento do resgate. A vítima, que acompanhava os sequestradores, foi libertada em Porto Alegre. Neste caso específico, caracterizado o crime permanente, a competência para processar e julgar os cinco sequestradores
- (A) é da comarca de Itapema, onde Paulo foi arrebatado.
- (B) é da comarca de Caxias do Sul, onde Paulo ficou em cativeiro e de onde partiram os contatos com a família para o resgate.
- (C) firmar-se-á pela prevenção e pode ser das comarcas de Itapema, Florianópolis, Caxias do Sul ou Porto Alegre.
- (D) é da comarca de Florianópolis, onde a vítima embarcou em um avião clandestino.
- (E) é da comarca de Porto Alegre, local de pagamento do resgate e libertação da vítima, e onde os sequestradores foram presos.
-
48. Marcelo e Márcio praticaram um roubo contra uma pizzaria situada na cidade de Florianópolis no início da madrugada, subtraindo todo o dinheiro arrecadado pelo estabelecimento naquele dia. A polícia é acionada e o inquérito policial para apuração dos fatos é instaurado pela autoridade policial. Pelas imagens das câmeras de segurança do estabelecimento foi possível a plena identificação dos roubadores. Após representação da autoridade policial o Magistrado competente decretou a prisão preventiva de Marcelo e Márcio. Os mandados de prisão foram cumpridos três dias depois do crime. Neste caso, o inquérito policial deverá terminar no prazo de
- (A) 30 dias, contados da data do crime.
- (B) 5 dias, contados a partir do dia da execução da ordem de prisão preventiva.
- (C) 10 dias, contados da data do crime.
- (D) 10 dias, contados a partir do dia da execução da ordem de prisão preventiva.
- (E) 30 dias, contados a partir do dia da execução da ordem de prisão preventiva.

Direitos das Pessoas com Deficiência

49. Considere:
- I. Pessoa que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação temporária é considerada pessoa com mobilidade reduzida.
- II. As barreiras urbanísticas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- III. A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva, denomina-se ajuda técnica.
- IV. O Programa Nacional de Acessibilidade foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, com dotação orçamentária específica.
- Nos termos da Lei nº 10.098/2000, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II, III e IV.
-
50. Raquel, pessoa com deficiência, foi ao cinema junto com sua acompanhante. Vale salientar que nos cinemas são reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência. A propósito do tema e de acordo com a Lei nº 13.146/2015, os espaços e assentos do cinema destinados à pessoa com deficiência devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em
- (A) alguns setores específicos, distante dos corredores, devidamente sinalizados, adotando-se áreas segregadas de público e evitando a obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.
- (B) alguns setores específicos, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, adotando-se áreas segregadas de público e evitando a obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.
- (C) alguns setores específicos, distante dos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.
- (D) todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, adotando-se áreas segregadas de público e evitando a obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.
- (E) todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

**PROVA ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.3 A Prova Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade. 10.4 A Prova Estudo de Caso constará de 02 (duas) questões práticas, para os quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo II deste Edital, adequados às atribuições do cargo/área/especialidade para o qual o candidato se inscreveu [...]. 10.5 A Prova Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, média igual ou superior a 5 (cinco). 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.7.1 fugir ao tema proposto; 10.7.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.7.3 for assinada fora do local apropriado; 10.7.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.7.5 estiver em branco; 10.7.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.7.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.8 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 10.9 Na Prova Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.10 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.11 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Estudo de Caso.

QUESTÃO 1 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A União ajuizou ação de indenização por danos materiais contra André, Beatriz e Carlos, todos maiores de 18 anos. No cumprimento dos mandados expedidos para a citação dos réus, o Oficial de Justiça deparou-se com a seguinte situação: André morava com os pais e demonstrava incapacidade mental; Beatriz não foi encontrada nas duas vezes em que foi procurada em sua residência, suspeitando-se de ocultação; e Carlos se recusou a receber a contrafé e a apor sua nota de ciência no mandado, alegando que não poderia ser citado, em virtude do falecimento do seu pai, ocorrido vinte dias antes. À vista desse caso, descreva como deverá proceder o Oficial de Justiça no cumprimento de cada um desses mandados, segundo as normas do Código de Processo Civil, especificando se deverá realizar ou não a citação, bem como todas as demais medidas que lhe incumbem.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2 – DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Tício, Oficial de Justiça Avaliador Federal, num processo criminal comum ordinário, recebeu para cumprimento o mandado de citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Dirigiu-se até a residência do acusado, onde foi informado de que estava preso por outro processo em presídio situado na mesma localidade. Responda fundamentadamente como Tício procederá em face dessa informação e o que deverá constar da sua certidão.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO